

SUMÁRIO E PARTE
DA INTRODUÇÃO

Jacques Delors

In'am Al Mufti

Isao Amagi

Roberto Carneiro

Fay Chung

Bronislaw Geremek

William Gorham

Aleksandra Kornhauser

Michael Manley

Marisela Padrón Quero

Marie-Angélique Savané

Karan Singh

Rodolfo Stavenhagen

Myong Won Suhr

Zhou Nanzhao

EDUCAÇÃO: UM TESOURO A DESCOBRIR

Relatório para a UNESCO
da Comissão Internacional
sobre Educação
para o Século XXI

Tradução de
Carlos Gustavo Marcante Guerra

EDUCAÇÃO: UM TESOURO A DESCOBRIR

**Parte do Relatório para a UNESCO
da Comissão Internacional
sobre Educação
para o Século XXI**

- Sumário do Relatório
- Introdução do Relatório (parcial)
- Sobre a Comissão

Tradução de
Carlos Gustavo Marcante Guerra
do original editado pela UNESCO em 1996

Notas

A presente tradução é um trabalho amador, sem fim comercial, destinada unicamente a divulgar o trabalho da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, e não é uma versão oficial.

Foi realizada tomando por base a versão em espanhol do Relatório, com algumas revisões feitas a partir das versões em francês (da qual se aproxima bastante) e em inglês (que tem redação um pouco diferente).

As três versões oficiais do compêndio do Relatório (em espanhol, francês e inglês) incluem o texto completo da introdução (um pouco maior do que a apresentada aqui) e as *pistas e recomendações* para cada capítulo. Elas estão disponíveis gratuitamente no site da UNESCO na Internet, em formato .PDF, em <http://www.unesco.org/delors>.

A tradução em português do presente relatório foi editada no Brasil pela Editora Cortez e em Portugal pela Editora ASA – edições que *não* foram consultadas para esta tradução. Optou-se, no entanto, por manter o mesmo título para facilitar referências.

Para evitar problemas de direito autoral, a presente edição está sendo disponibilizada no mesmo formato que as versões oficiais (formato .PDF, habilitada para impressão, desabilitada para modificações), através de um dos seguintes endereços: <http://cgustavo.cjb.net/documentos/delors.html> ou <http://educon.cjb.net>.

Se por qualquer motivo a presente tradução gerar algum inconveniente ou para outras comunicações, por favor entre em contato através do e-mail gustavo@suporte.net.

Boa leitura!

O tradutor

Sumário do relatório

Educação: A utopia necessária

Olhando para o futuro

As tensões a serem superadas

Pensando e construindo nosso futuro comum

Implantando a educação durante toda a vida no coração da sociedade

Reconsiderar e unir as diferentes etapas da educação

Aplicar com êxito as estratégias da reforma

Ampliar a cooperação internacional na aldeia global

PRIMEIRA PARTE: HORIZONTES

1. Da comunidade de base à sociedade mundial

Um planeta cada vez mais populoso

Em direção à globalização dos campos da atividade humana

A comunicação universal

As múltiplas faces da interdependência planetária

Um mundo arriscado

O local e o global

Compreender o mundo, compreender o outro

Pistas e recomendações

2. Da coesão social à participação democrática

A educação frente à crise do vínculo social

A educação e a luta contra as exclusões

Educação e dinâmica social: alguns princípios de ação

A participação democrática

Pistas e recomendações

3. Do crescimento econômico ao desenvolvimento humano

Um crescimento econômico global e muito desigual

A demanda por educação por fins econômicos

A distribuição desigual dos recursos cognitivos
A participação da mulher na educação, alavanca essencial do desenvolvimento
Um questionamento necessário: os danos causados pelo progresso
Crescimento econômico e desenvolvimento humano
A educação para o desenvolvimento humano
Pistas e recomendações

SEGUNDA PARTE: PRINCÍPIOS

4. Os quatro pilares da educação

Aprender a conhecer
Aprender a fazer
Aprender a conviver, aprender a viver com o outro
Aprender a ser
Pistas e recomendações

5. A educação ao longo da vida

Um imperativo democrático
Uma educação pluridimensional
Novos tempos, novos âmbitos
A educação no coração da sociedade
Em direção a sinergias educativas
Pistas e recomendações

TERCEIRA PARTE: ORIENTAÇÕES

6. Da educação básica à universidade

Um passaporte para a vida: a educação básica
O ensino secundário: a encruzilhada de toda a vida
As missões tradicionais e novas do ensino superior
Um imperativo: combater o fracasso escolar
Reconhecer as competências adquiridas através de novas formas de titulação
Pistas e recomendações

7. Os professores em busca de novas perspectivas

Uma escola aberta ao mundo

Expectativas e responsabilidades

Ensinar: uma arte e uma ciência

A qualidade dos professores

Aprender o que ensinar e como ensinar

Os professores em ação

Pistas e recomendações

8. Decidir pela educação: o papel do político

Decisões educacionais: decisões da sociedade

Oportunidades oferecidas pela inovação e pela descentralização

Necessidade de uma regulação geral do sistema

Decisões econômicas e financeiras

Utilizando os recursos da sociedade da informação

Pistas e recomendações

9. A cooperação internacional: educando a aldeia global

As mulheres e as moças: uma educação para a igualdade

Educação e desenvolvimento social

Desenvolver a conversão das dúvidas em benefícios educacionais

Em prol de um observatório UNESCO das novas tecnologias da informação

Da assistência à colaboração em pé de igualdade

Os cientistas, a pesquisa e os intercâmbios internacionais

Uma missão renovada para a UNESCO

Pistas e recomendações

EPÍLOGO

ANEXOS

Jacques Delors

Educação: A utopia necessária

Frente aos numerosos desafios que temos pela frente, a educação se constitui num instrumento indispensável para que a humanidade possa atingir os ideais de paz, liberdade e justiça social. Ao concluir seus trabalhos, a Comissão deseja afirmar sua convicção a respeito da função essencial da educação no desenvolvimento contínuo da pessoa e das sociedades, não como um remédio milagroso – o "Abre-te, Sésamo" de um mundo que tenha chegado à realização de todos estes ideais – mas como uma via, certamente entre outras, mas mais do que outras, a serviço de um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais genuíno, para fazer retroceder a pobreza, a exclusão, as incompreensões, a opressão, as guerras, etc.

A Comissão deseja compartilhar com o grande público esta convicção mediante suas análises, discussões e propostas, num momento em que as políticas educacionais são objeto de vivas críticas ou são relegadas, por razões econômicas e financeiras, à última categoria de prioridades.

Talvez não seja necessário destacar, mas a Comissão estava pensando principalmente nas crianças e nos adolescentes, naqueles

que no dia de amanhã assumirão o papel das gerações adultas, estas bastante inclinadas a concentrar-se em seus próprios problemas. A educação é também um clamor de amor pela infância e pela juventude que temos que integrar em nossas sociedades no lugar que lhes corresponde, no sistema educativo indubitavelmente, mas também na família, na comunidade de base, na nação. É preciso lembrar este dever elementar constantemente, inclusive para que as decisões políticas, econômicas e financeiras o tenham mais em conta. Parafraseando as palavras do poeta, a criança é o futuro do homem.

Ao final de um século caracterizado tanto pelo ruído e pela fúria quanto pelos progressos econômicos e científicos – sobretudo repartidos desigualmente –, no alvorecer de um novo século que tem como perspectiva o enfrentamento entre a angústia e a esperança, é imperativo que todos os que estejam investidos de alguma responsabilidade prestem atenção aos objetivos e aos meios da educação. A Comissão considera as políticas educativas como um processo permanente de enriquecimento dos conhecimentos, da capacidade técnica, mas também, e talvez primeiramente, como uma estruturação privilegiada da pessoa e das relações entre indivíduos, entre grupos e entre nações.

Ao aceitar o mandato que lhes foi confiado, os membros da comissão adotaram explicitamente esta perspectiva e, apoiados em argumentos, destacaram a função central da UNESCO, conforme a idéia fundamental que se baseia na esperança de um mundo melhor, capaz de respeitar os direitos do homem e da mulher, praticar o entendimento mútuo e fazer do progresso do conhecimento um instrumento de promoção do gênero humano, não de discriminação.

Sem dúvida para nossa Comissão resultava impossível superar o obstáculo da extraordinária diversidade das situações do mundo a fim de chegar a análises universalmente válidas e a conclusões aceitáveis por parte de todos.

Contudo, a comissão tratou de projetar seu pensamento para um futuro dominado pela globalização, de escolher as boas perguntas que todos nos fazemos e de traçar algumas diretrizes válidas em nível nacional e em escala mundial.

Olhando para o futuro

Este último quarto de século tem estado marcado por descobertas e progressos científicos notáveis. Muitos países têm saído do subdesenvolvimento e o nível de vida tem continuado a se elevar, embora em ritmos muito diferentes de país para país. E, todavia, um sentimento de desencanto parece dominar e contrasta com as esperanças nascidas imediatamente depois da última guerra mundial.

Podemos, então, falar das desilusões do progresso, no plano econômico e social. O aumento do desemprego e dos fenômenos de exclusão nos países ricos é prova disto, e a manutenção das desigualdades de desenvolvimento no mundo o confirma¹.

A humanidade já está cada vez mais consciente das ameaças que pesam sobre seu meio ambiente natural, mas todavia não implementou os meios necessários para remediar esta situação, a despeito de muitos encontros internacionais, como o do Rio de Janeiro em 1992, a despeito de graves e contínuas advertências sobre desastres naturais ou acidentes tecnológicos. De qualquer forma, o "crescimento econômico ilimitado" já não pode mais ser considerado o caminho mais fácil para a conciliação entre progresso material e equidade – o respeito da condição humana e do capital natural que devemos transmitir em boas condições às gerações futuras.

Temos tirado todas conclusões tanto ao que diz respeito aos fins, às vias e aos meios de um desenvolvimento duradouro quanto ao que diz respeito a novas formas de cooperação internacional? Certamente

que não! E este será então um dos grandes desafios intelectuais e políticos do próximo século.

Esta constatação não deve levar os países em desenvolvimento a descuidar dos motores clássicos de crescimento e, concretamente, do ingresso indispensável no mundo da ciência e da tecnologia, com tudo o que isto implica em termos de adaptação cultural e modernização das mentalidades.

Outro desencanto, outra desilusão para aqueles que viram no final da Guerra Fria a perspectiva de um mundo melhor e pacificado. Não basta repetir, para encontrar consolo ou justificativas, que a história é trágica. Disso, todo o mundo sabe ou deveria saber. Se a última grande guerra ocasionou 50 milhões de vítimas, como não recordar que desde 1945 houve cerca de 150 guerras que causaram 20 milhões de mortos, antes e também depois da queda do muro de Berlim? Riscos novos ou antigos? Pouco importa: as tensões estão latentes e estouram entre nações, entre grupos étnicos ou associadas a injustiças acumuladas nos planos econômico e social. Quantificar estes riscos e organizar-se para preveni-los é o dever de todos os dirigentes, num contexto marcado pela independência cada vez maior entre os povos e pela globalização dos problemas.

Mas como aprendermos a conviver na "aldeia global" se não podemos conviver nas comunidades a que naturalmente pertencemos: a nação, a região, a cidade, a aldeia, a vizinhança? A pergunta central da democracia é: queremos e podemos participar da vida em comunidade? Querê-lo, não o esqueçamos, depende do sentido de responsabilidade de cada um. Ainda que a democracia tenha conquistado novos territórios até então dominados pelo totalitarismo e pela arbitrariedade, ela tende a debilitar-se onde existe institucionalmente por décadas e décadas, como se tudo tivesse que recomeçar continuamente, renovar-se e inventar-se de novo.

Como poderiam as políticas educacionais não se preocupar com estes três grandes desafios? Como poderia a Comissão não destacar em que estas políticas podem contribuir a um mundo melhor, a um desenvolvimento humano sustentável, ao entendimento mútuo entre os povos, a uma renovação da democracia efetivamente vivida?

As tensões a serem superadas

Para este fim convém confrontar, para melhor superá-las, as principais tensões que, embora não sejam novas, estão no centro da problemática do século XXI.

A tensão entre o global e o local: converter-se pouco a pouco em cidadãos do mundo, sem perder suas raízes e participando ativamente na vida da nação e das comunidades de base.

A tensão entre o universal e o singular: a globalização da cultura se realiza progressivamente, mas apenas parcialmente. O fenômeno é inevitável, com suas promessas e seus riscos, dentre os quais não é o menor o de se esquecer o caráter único de cada pessoa, sua vocação de escolher seu destino e realizar todo o seu potencial dentro da riqueza cuidadosamente preservada de suas tradições e de sua própria cultura, ameaçada, se não lhe for dada atenção, pelas mudanças que estão acontecendo.

A tensão entre tradição e modernidade pertence à mesma problemática: adaptar-se sem se renegar, construir sua autonomia em dialética com a liberdade e o desenvolvimento do outro, conquistar o progresso científico. É neste espírito que convém enfrentar o desafio das novas tecnologias da informação.

A tensão entre o longo prazo e o curto prazo, tensão eterna, mas alimentada atualmente por um predomínio do efêmero e do instantâneo, num contexto em que a abundância de informações e emoções fugazes conduz incessantemente a uma concentração nos

problemas imediatos. A opinião pública pede respostas e soluções rápidas, ainda que muitos dos problemas encontrados necessitem uma estratégia paciente, arranjada e negociada de reforma. Este é precisamente o caso das políticas educativas.

A tensão entre a competição necessária e a preocupação com a igualdade de oportunidades. Questão clássica, colocada desde o começo do século às políticas econômicas e sociais e às políticas educativas; questão às vezes resolvida, mas nunca de forma duradoura. Hoje, a comissão corre o risco de afirmar que a pressão da competição faz muitos dirigentes esquecerem a missão de dar a cada ser humano os meios de aproveitar todas suas oportunidades. Esta constatação nos tem levado, ao que concerne ao domínio coberto por este relatório, a retomar e atualizar o conceito de educação durante toda a vida, para conciliar a competição que estimula, a cooperação que fortalece e a solidariedade que une.

A tensão entre o extraordinário desenvolvimento dos conhecimentos e as capacidades de assimilação do ser humano. A Comissão não resistiu à tentação de adicionar novas disciplinas, como o conhecimento de si mesmo e os meios de manter a saúde física e psicológica, ou a aprendizagem para conhecer melhor o meio ambiente natural e preservá-lo. E, contudo, os programas escolares estão cada vez mais sobrecarregados. Sendo assim, numa clara estratégia de reforma será necessário fazer escolhas, mas tendo em vista preservar os elementos essenciais de uma educação básica que ensine a viver melhor através do conhecimento, da experimentação e do desenvolvimento de uma cultura pessoal.

Finalmente, outra questão constante, a tensão entre o espiritual e o material. O mundo, freqüentemente sem o sentir ou expressar, tem sede de ideais e de valores que, de modo geral, poderíamos chamar morais. Que nobre tarefa da educação a de suscitar em cada pessoa, segundo suas tradições e suas convicções e com pleno respeito ao

pluralismo, esta elevação do pensamento e do espírito em direção ao universal e, em certa medida, à superação de si mesmo! A sobrevivência da humanidade – e a Comissão o diz sem exagero das palavras – depende disso.

Implantando a educação durante toda a vida no coração da sociedade

A educação durante toda a vida se apresenta como uma das chaves de acesso ao século XXI. Esta noção vai mais além da distinção tradicional entre educação básica e educação permanente. Ela responde ao desafio de um mundo que muda rapidamente. Mas esta constatação não é nova, uma vez que em relatórios anteriores sobre educação já se destacava a necessidade de se voltar à escola para poder dar conta das novidades que surgem na vida particular e na vida profissional. Esta necessidade persiste e tem inclusive se acentuado. A única forma de satisfazê-la é que cada um de nós aprenda a aprender.

Mas, além disso, surge uma outra necessidade, conseqüente da profunda mudança nos marcos tradicionais da existência: é preciso compreender melhor o outro, compreender melhor o mundo. Exigências de entendimento mútuo, de diálogo pacífico e, por que não, de harmonia, justamente os elementos de que mais carece nosso mundo hoje.

Esta posição leva a Comissão a insistir especialmente num dos quatro pilares apresentados e ilustrados como as bases da educação. Trata-se de *aprender a conviver*, conhecendo melhor o outro, sua história, suas tradições e sua espiritualidade e, a partir daí, criar um novo espírito que impulsione a realização de projetos comuns ou a solução inteligente e pacífica dos inevitáveis conflitos, graças justa-

mente a esta compreensão de que as relações de interdependência são cada vez maiores e a uma análise compartilhada dos riscos e desafios do futuro. Uma utopia, pode-se pensar, mas uma utopia necessária, uma utopia essencial para sair do perigoso ciclo alimentado pelo cinismo ou pela resignação.

De fato, a Comissão pensa numa educação que crie e seja a base deste novo espírito, o que não quer dizer que tenha descuidado dos outros três pilares da educação, que, de alguma forma, propiciam os elementos básicos para aprender a conviver.

Primeiramente, *aprender a conhecer*. Mas, tendo em conta as rápidas mudanças derivadas dos avanços da ciência e as novas formas de atividade econômica e social, convém conciliar uma cultura geral suficientemente ampla com a possibilidade de estudar a fundo um número reduzido de matérias. Esta cultura geral serve de passaporte para uma educação permanente, na medida em que oferece uma oportunidade de saborear, assim como lança as bases, para aprender ao longo de toda a vida.

E também *aprender a fazer*. Num sentido mais amplo, mais do que oferecer o aprendizado de uma profissão, requer a aquisição de uma competência que permita fazer frente a numerosas situações – algumas imprevisíveis – e que facilite o trabalho em equipe, dimensão bastante esquecida nos métodos de ensino atuais. Em muitos casos, estas competências e habilidades se tornam mais acessíveis se alunos e estudantes contam com a possibilidade de se avaliar e enriquecer participando de atividades profissionais ou sociais paralelamente a seus estudos, justificando, assim, o lugar mais destacado que deveriam ocupar as diferentes formas possíveis de alternância entre a escola e o trabalho.

Por último, e sobretudo, *aprender a ser*. Este era o tema dominante do informe Edgar Faure publicado em 1972 sob os auspícios da UNESCO (*Learning to Be: The World of Education Today*

and Tomorrow). Suas recomendações conservam uma grande atualidade, uma vez que o século XXI nos exigirá uma maior autonomia e capacidade de julgamento junto com o fortalecimento da responsabilidade pessoal na realização do destino coletivo. E também em razão de outro imperativo destacado neste relatório: não deixar sem explorar nenhum dos talentos que, como tesouros, estão enterrados no fundo de cada pessoa. Citemos, sem ser exaustivos, a memória, o raciocínio, a imaginação, as aptidões físicas, o sentido de estética, a facilidade para comunicar-se com os demais, o carisma natural do dirigente... Tudo isto vem a confirmar a necessidade de se compreender melhor a si mesmo.

A Comissão tem feito eco de outra utopia: a sociedade educativa baseada na aquisição, na atualização e no uso dos conhecimentos. Estas são as três funções que convém pôr em destaque no processo educativo. Enquanto a "sociedade da informação" se desenvolve e multiplica as possibilidades de acesso aos dados e aos fatos, a educação deve permitir que todos possam aproveitar esta informação e a reunir, selecionar, organizar, gerenciar e utilizar.

Como consequência, a educação deve constantemente se adaptar às mudanças da sociedade, sem deixar por isso de transmitir o saber adquirido, as bases e os frutos da experiência humana.

Por último, o que fazer, ante esta demanda cada vez maior e também cada vez mais exigente, para que as políticas educacionais alcancem o duplo objetivo de um ensino de qualidade e eqüitativo? A Comissão tem se feito estas perguntas em termos dos cursos, dos métodos e dos conteúdos de ensino, assim como das condições necessárias para sua eficácia.

Aplicar com êxito as estratégias da reforma

Sem subestimar a gestão das obrigações de curto prazo nem descuidar da necessidade de se adaptar os sistemas existentes, a Comissão deseja enfatizar a importância de adotar um enfoque de mais longo prazo para levar a cabo com êxito as reformas indispensáveis. Por esta mesma razão, previne sobre o fato de que demasiadas reformas uma após a outra anulam o objetivo buscado, já que não dão ao sistema o tempo necessário para absorver o novo espírito e conseguir que todos os agentes da reforma estejam em condições de nela participar. Além disso, como demonstram os fracasso anteriores, muitos reformadores adotam um enfoque demasiado radical ou excessivamente teórico e não capitalizam os ensinamentos úteis que deixa a experiência ou rechaçam o acervo positivo herdado do passado. Isto perturba aos professores, aos pais e aos alunos e, por conseguinte, condiciona sua disposição em aceitar e, mais tarde, levar adiante a reforma.

Três agentes principais contribuem para o êxito das reformas educacionais: em primeiro lugar, a comunidade local e, sobretudo, os pais, os diretores dos estabelecimentos de ensino e os professores; em segundo lugar, as autoridades públicas; e, por último, a comunidade internacional. Muitos impedimentos ocorridos no passado tiveram origem na falta de um compromisso firme por parte de um ou outro dos protagonistas mencionados. Mostrou-se evidente, além disso, que as tentativas de se impor reformas educacionais a partir de cima ou do exterior foram fracassos completos. Os países nos quais este processo se viu coroado de êxito em maior ou menor grau são aqueles em que se conseguiu uma participação entusiasta das comunidades locais, dos pais e dos professores, sustentada por um diálogo permanente e por diversas formas de ajuda externa, tanto financeira como técnica e profissional. Em toda estratégia de

aplicação satisfatória de uma reforma é clara a primazia da comunidade local.

A participação da comunidade local na avaliação das necessidades mediante um diálogo com as autoridades públicas e os grupos interessados dentro da sociedade é uma primeira etapa fundamental para ampliar o acesso à educação e para melhorá-la. A continuidade deste diálogo através dos meios de comunicação, em debates dentro da comunidade e mediante a educação e a formação dos pais, e ainda mais a capacitação dos docentes no trabalho, apenas contribuem para uma maior tomada de consciência e amplia o discernimento e o desenvolvimento das capacidades endógenas em nível comunitário. Quando as comunidades assumem maior responsabilidade no seu próprio desenvolvimento, aprendem a apreciar o papel da educação, compreendida tanto como um meio para alcançar determinados objetivos sociais quanto como uma melhora desejável na qualidade de vida.

Neste sentido, a Comissão destaca a conveniência de uma descentralização inteligente, que permita aumentar a responsabilidade e a capacidade de inovação de cada estabelecimento escolar.

Em todo o caso, nenhuma reforma dará resultados positivos sem a participação ativa do corpo docente. Por esta razão, a Comissão recomenda que se preste uma atenção prioritária à situação social, cultural e material dos educadores.

É exigido muito do docente, em excesso inclusive, quando se espera que compense as carências de outras instituições igualmente responsáveis pelo ensino e pela formação dos jovens. Muito lhe é pedido, no momento em que o mundo exterior entra cada vez mais na escola, em particular através dos novos meios de informação e comunicação. Desta forma, o professor se encontra frente a jovens menos apoiados pela família ou pelos movimentos religiosos, mas mais informados. Como consequência, deve ter em conta este novo

contexto para se fazer escutar e compreender pelos jovens, para despertar neles o desejo de aprender o para lhes mostrar que informação não é conhecimento, que este exige esforço, atenção, rigor e vontade.

Justa ou injustamente, o professor tem a impressão de estar só, não apenas porque exerce uma atividade individual, mas devido às expectativas que suscita o ensino e às críticas, muitas vezes injustas, de que é objeto. Acima de tudo, deseja que sua dignidade seja respeitada. Por outro lado, a maioria dos docentes pertence a organizações sindicais geralmente poderosas e nas quais existe – por que negá-lo – um espírito corporativo de defesa de seus interesses. Não obstante, é necessário intensificar e dar uma nova perspectiva ao diálogo entre a sociedade e os professores, assim como entre os poderes públicos e as organizações sindicais docentes.

Devemos reconhecer que não é fácil renovar a natureza desse diálogo, mas isto é indispensável para desfazer a sensação de isolamento e de frustração do professor, para que os questionamentos atuais sejam aceitos e para fazer com que todos contribuam ao êxito das reformas indispensáveis.

Neste contexto, seria conveniente acrescentar algumas recomendações relativas ao conteúdo da formação dos professores, ao seu acesso pleno à formação permanente, à revalorização da condição dos professores responsáveis pela educação básica e a uma presença mais ativa dos docentes nos meios sociais desassistidos e marginalizados, onde poderiam contribuir para uma melhor inserção dos adolescentes e dos jovens na sociedade.

Este é também um pedido para que se dote o sistema de ensino não apenas de mestres e professores adequadamente formados, mas também dos meios necessários para se oferecer um ensino de qualidade: livros, meios de comunicação modernos, um bom ambiente cultural e econômico, etc.

Consciente das realidades da educação atual, a Comissão se manteve firme em sua opinião sobre a necessidade de se dispor de meios didáticos, em quantidade e de qualidade, tradicionais (como os livros) ou novos (como as tecnologias da informação), que convém utilizar com discernimento e promovendo a participação ativa dos alunos. Da sua parte, os professores deveriam trabalhar com equipes, sobretudo no nível de ensino secundário, principalmente para contribuir com a flexibilidade indispensável dos programas de estudo. Isto evitará muitos fracassos, fará emergir algumas qualidades naturais dos estudantes e, assim, facilitará uma melhor orientação dos estudos e a trajetória de cada um, segundo o princípio de uma educação conduzida ao longo de toda a vida.

Considerado deste ponto de vista, a melhoria do sistema educacional obriga o político a assumir plenamente sua responsabilidade. Ele já não pode se comportar como se o mercado fosse capaz de corrigir por si os defeitos existentes ou como se uma espécie de autorregulação fosse suficiente.

A Comissão tem colocado tanto mais ênfase na permanência dos valores, nas exigências do futuro e nos deveres do docente e da sociedade quanto na importância do responsável político. É apenas ele que, levando todos os elementos em consideração, pode levar a cabo os debates de interesse geral que são vitais para a educação, uma vez que este é um assunto do interesse de todos, que é o nosso futuro que está em jogo e que a educação pode contribuir justamente para melhorar a sorte de cada um e de todos nós.

Isto nos conduz inevitavelmente a colocar em destaque a função das autoridades públicas, encarregadas de estabelecer opções claras e, depois de uma ampla negociação com todos os interessados, definir uma política pública que, sejam quais forem as estruturas do sistema (públicas, privadas ou mistas), trace as orientações, lance as

bases e os eixos do sistema e garanta sua regulação através das adaptações necessárias.

Evidentemente, todas as decisões adotadas neste contexto têm repercussões financeiras. A Comissão não subestima este fator. Mas, sem entrar na complexa diversidade dos sistemas, considera que a educação é um bem coletivo ao qual todos devem ter acesso. Uma vez admitido este princípio, é possível combinar fundos públicos e privados, segundo diversas fórmulas que levem em consideração as tradições de cada país, seu nível de desenvolvimento, seus estilos de vida e sua distribuição de renda.

De qualquer forma, em todas as decisões que sejam adotadas deve predominar o princípio da igualdade de oportunidades.

Durante os debates mencionei uma solução mais radical. Tendo em vista que pouco a pouco a educação permanente irá ganhando terreno, poderia se estudar a possibilidade de se atribuir a cada jovem que está por começar sua escolaridade um "crédito-tempo", que lhe daria direito a certo número de anos de ensino. Seu crédito seria inscrito numa conta numa instituição que, de alguma forma, administraria um capital de tempo escolhido por cada um com os recursos financeiros correspondentes. Cada pessoa poderia dispor deste capital, segundo sua experiência escolar e sua própria escolha. Poderia conservar uma parte do mesmo para, uma vez terminada sua vida escolar e sendo já um adulto, poder aproveitar as possibilidades da formação permanente. Também poderia aumentar seu capital mediante contribuições financeiras – uma espécie de poupança dedicada à educação – que seriam creditadas na sua conta do "banco de tempo" escolhido. Depois de um debate pormenorizado, a Comissão respaldou esta idéia, não sem se considerar seus possíveis desvios, inclusive em termos da igualdade de oportunidades. Por esta razão, na situação atual, poder-se-ia outorgar a título experimental um crédito-tempo para a educação ao final do período de

escolarização obrigatória, que permitiria ao adolescente escolher a orientação que deseja sem hipotecar o seu futuro.

Mas, em poucas palavras, se após a etapa fundamental constituída pela Conferência de Jomtien sobre Educação para Todos fosse necessário definir uma urgência, deveríamos nos concentrar sem dúvida no ensino secundário. De fato, entre a saída do ciclo primário e a incorporação à vida ativa ou o ingresso no ensino superior, é decidido o destino de milhões de jovens – rapazes e moças. E é este o ponto fraco de nossos sistemas educacionais, por um excesso de elitismo, porque não conseguem dar conta dos fenômenos de massificação ou porque falham por inércia e são refratários a qualquer adaptação. Justamente quando os jovens se enfrentam com os problemas da adolescência, quando em certo sentido se consideram maduros mas, em realidade, sofrem de uma falta de maturidade e o futuro lhes suscita mais ansiedade que despreocupação, o importante é oferecer-lhes espaços de aprendizagem e de experimentação, dar-lhes os instrumentos necessários para pensar e preparar seu futuro e diversificar as trajetórias em função de suas capacidades. Mas também é importante assegurar que as perspectivas de futuro não estão fechadas e que sempre é possível reparar os erros e corrigir o rumo.



Para dar título a seu relatório, a Comissão recorreu a uma das fábulas de Jean de La Fontaine, "O lavrador e seus filhos":

*Privem-se (disse o lavrador) de vender o patrimônio
Deixado por nossos pais,
Verão que esconde um tesouro.*

A educação é tudo o que a Humanidade tem aprendido sobre si mesma. Imitando ao poeta, que elogiava a virtude do trabalho, poderíamos dizer:

*Mas o pai foi sábio
Ao mostrar-lhes, antes de morrer,
Que a educação guarda um tesouro.*

J a c q u e s D e l o r s
Presidente da Comissão

Sobre a Comissão

Membros da comissão:

Jacques Delors (França)

Presidente, antigo ministro de economia e fazenda, antigo presidente da Comissão Europeia (1985-1995).

In'am Al Mufti (Jordânia)

Especialista da condição social da mulher, conselheira de Sua Majestade a Rainha Noor al-Hussein, antiga ministra do desenvolvimento social.

Isao Amagi (Japão)

Especialista em Educação, conselheiro especial do ministro de educação, ciência e tecnologia e presidente da Fundação Japonesa para Intercâmbios Educativos – BABA.

Roberto Carneiro (Portugal)

Presidente da TVI (Televisão Independente), antigo ministro de educação e antigo ministro de Estado.

Fay Chung (Zimbábue)

Antiga ministra de Estado para os assuntos nacionais, criação de emprego e cooperativas, membro do parlamento, antiga ministra de educação, diretora do “Education Cluster” (UNICEF, Nova York).

Bronislaw Geremek (Polónia)

Historiador, deputado da Dieta polonesa, antigo professor do Collège de France.

William Gorham (EUA)

Especialista de política pública, presidente do Urban Institute de Washington, D.C., desde 1968.

Aleksandra Kornhauser (Eslovênia)

Diretora do Centro Internacional de Estudos Químicos de Ljubljana, especialista em relações entre desenvolvimento industrial e proteção ambiental.

Michael Manley (Jamaica)

Sindicalista, universitário e escritor, primeiro ministro de 1972 a 1980 e de 1989 a 1992 (falecido).

Marisela Padrón Quero (Venezuela)

Socióloga, antiga diretora de pesquisa da Fundação Rómulo Betancourt, antiga ministra da família, diretora da Divisão da América Latina e Caribe (FNUAP, Nova York).

Marie-Angélique Savané (Senegal)

Socióloga, membro da "Commission de Gouvernance Globale", diretora da Divisão da África (FNUAP, Nova York).

Karan Singh (India)

Diplomata e várias vezes ministro, particularmente de educação e saúde, autor de várias obras sobre questões ambientais, filosofia e ciências políticas, presidente do Templo da Compreensão, importante organização internacional interconfessional.

Rodolfo Stavenhagen (México)

Pesquisador em ciências políticas e sociais, professor do Centro de Estudos Sociológicos do Colégio do México.

Myong Won Suhr (República da Coreia)

Antigo ministro de educação, presidente da Comissão Presidencial para a Reforma da Educação (1985-1987).

Zhou Nanzhao (China)

Especialista em educação, vice-presidente e professor do Instituto Nacional Chinês de Estudos Pedagógicos.

Alexandra Draxler

Secretária da Comissão

Endereço para contato:

UNESCO

Task Force on Education for the Twenty-first Century

7, Place de Fontenoy

75352 Paris 07 SP – France

Fone: (33 1) 45 68 11 23 – Fax: (33 1) 45 68 56 32

e-mail: edobserv@unesco.org

Informações mais atualizadas sobre a continuidade deste trabalho, incluindo debates, reflexões e novas publicações, assim como as versões integrais deste compêndio em inglês, francês e espanhol, estão disponíveis no site da UNESCO na Internet no seguinte endereço:

<http://www.unesco.org/delors>
